

Defesa Civil Inclusiva: NUPDEC para Pessoas com Deficiência

Blumenau/SC



Blumenau/SC implementou o NUPDEC-PCD (Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil para Pessoas com Deficiência), iniciativa intersetorial da Secretaria de Proteção e Defesa Civil (SEDECI) e da Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Paradesporto (SEIDEP), voltada à formação de pessoas com deficiência como agentes multiplicadores da cultura de prevenção a desastres. O município, historicamente exposto a enchentes e deslizamentos no Vale do Itajaí, estima ter cerca de 30 mil pessoas com algum tipo de deficiência, público que precisava ser contemplado de forma específica na gestão de riscos.

A primeira edição, realizada entre abril e novembro de 2025, teve **20 horas de formação distribuídas em sete módulos, abordando noções de Defesa Civil, leitura de alertas, primeiros socorros, plano de contingência familiar e visita à área de risco.** Todos os conteúdos foram adaptados com audiodescrição, intérpretes de Libras, maquetes táteis e linguagem simples. A iniciativa não exigiu contratação de pessoal nem financiamento externo, sendo viabilizada com recursos e estrutura já existentes nos órgãos parceiros.

Ademais, a iniciativa gerou resultados além da capacitação técnica: os participantes passaram a se reconhecer como agentes ativos da Defesa Civil. O projeto também impulsionou a criação de um cadastro georreferenciado das pessoas com deficiência para orientar evacuações e protocolos individualizados. Replicável e de baixo custo, a experiência demonstra como a articulação intersetorial pode tornar a gestão de riscos mais inclusiva e eficiente.

Órgão/Instituição responsável: Secretaria de Proteção e Defesa Civil (SEDECI) e Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Paradesporto (SEIDEP).

Parceiras: Corpo de Bombeiros, Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de Blumenau (SMTT)

Contexto

Blumenau é um município localizado no Vale do Itajaí, no nordeste de Santa Catarina, com população de 361.261 habitantes e alta densidade demográfica de 696,58 hab./km², segundo o Censo 2022 (IBGE, 2026). A área do município em 2024 era de 518,635 km² (IBGE, 2025), abrangendo áreas de serra, vales e regiões de relevo acidentado, com variações de altitude e declividade. O território também acompanha a bacia do rio Itajaí-Açu, o que contribui para sua frequente exposição a eventos hidrológicos e geológicos.

Diante desse contexto físico-geográfico, **Blumenau tem sido historicamente afetada por chuvas intensas, enchentes, enxurradas e deslizamentos**. O episódio mais grave registrado ocorreu em 2008, quando o município acumulou 1.001 mm de chuva em novembro, resultando em 24 mortes, mais de 103 mil pessoas afetadas, 25 mil desalojados, 5.029 desabrigados e extensos danos ambientais. A magnitude dessa tragédia ampliou a conscientização sobre a necessidade de fortalecer a gestão de riscos e, somada à promulgação da Lei nº 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, contribuiu para consolidar a gestão de riscos como uma agenda prioritária da administração municipal.

Neste contexto de fortalecimento da cultura preventiva, a inclusão das pessoas com deficiência tornou-se uma dimensão estratégica **da política municipal de proteção e defesa civil**, uma vez que esse público precisava ser considerado de forma específica nos processos de prevenção e resposta a desastres. Segundo relato da Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Paradesporto, Blumenau estima que cerca de 30 mil pessoas com algum tipo de deficiência vivam no município, sendo que o cadastro municipal da pessoa com deficiência já reunia aproximadamente 3 mil pessoas.

A partir da aproximação entre a Secretaria de Proteção e Defesa Civil e a Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Paradesporto (SEIDEP), criada em 2022, o município estruturou o Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil voltado às Pessoas com Deficiência (NUPDEC-PCD). A iniciativa foi concebida como projeto piloto multirregional e intersetorial, voltado à formação de pessoas com deficiência em temas como percepção de risco, autoproteção, leitura de alertas, primeiros socorros, plano de contingência familiar, abrigos temporários e atuação comunitária em **situações de emergência**.





Mecanismos de implementação

A Defesa Civil de Blumenau já possuía uma estrutura consolidada de formação comunitária e de organização de NUPDECs, a partir da qual foram feitas adaptações para implementar a proposta do NUPDEC-PCD, garantindo as adaptações necessárias, em parceria com a Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Paradesporto de Blumenau. Uma vez finalizado este processo, a primeira edição da formação para o NUPDEC-PCD foi executada entre abril e novembro de 2025, com carga horária de 20 horas, em um ciclo que envolveu planejamento, alinhamento intersetorial, mobilização, inscrições, oficinas formativas, apoios logísticos e encerramento institucional.

A trilha pedagógica foi dividida em sete momentos formativos e contemplou noções básicas de Defesa Civil; reconhecimento do local onde vive e de mecanismos de segurança; uso do AlertaBlu¹, avisos e alertas meteorológicos; primeiros socorros com foco em acidentes domésticos; abrigos temporários, plano de contingência familiar e organização da Comissão NUPDEC-PCD; atividade de campo em área de risco; e formatura. Todos os módulos previstos foram executados integralmente, conforme cronograma definido pela coordenação do projeto.

As aulas foram realizadas presencialmente, combinando conteúdos teóricos, oficinas práticas e atividades em campo. O conteúdo base utilizado era da Defesa Civil, mas passou por adaptação da Secretaria de Inclusão para garantir acessibilidade comunicacional: os slides contaram com audiodescrição, houve intérpretes de Libras presenciais, e foram produzidos recursos complementares, como maquetes, para facilitar a compreensão de pessoas com deficiência visual.

A iniciativa foi concebida como projeto piloto, reunindo pessoas com deficiência de diferentes regiões do município, e não apenas de um território específico. As inscrições e a mobilização ocorreram a partir do cadastro da SEIDEP, com atuação conjunta das secretarias envolvidas.

Para além da capacitação, o cadastro municipal já existente, que reúne aproximadamente 3 mil pessoas com deficiência, está sendo qualificado com georreferenciamento das residências das pessoas com deficiência já cadastradas. O objetivo é permitir que, em situações de evacuação, a Defesa Civil saiba previamente onde há pessoas com deficiência e quais protocolos devem ser acionados, respeitando as especificidades de cada pessoa. A formação também está sendo articulada ao Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o que contribui para sua institucionalização.

¹ O AlertaBlu é um site que permite que a população saiba as condições e a previsão do tempo em Blumenau, além de enviar avisos sobre possíveis eventos adversos.

“Capacitar pessoas com deficiência para situações de desastres é proteger vidas e garantir mais autonomia, segurança e inclusão. A iniciativa fortalece a prevenção e prepara Blumenau para uma resposta mais humana e eficiente em emergências. Também busca tornar os abrigos mais acessíveis e acolhedores para todos, a partir da ação conjunta da Secretaria de Proteção e Defesa Civil e da Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência, construindo uma cidade mais resiliente e inclusiva”.

Cel. Carlos Olímpio Menestrina

Secretário de Proteção e Defesa Civil de Blumenau/SC





Recursos e parcerias

Em termos de parcerias e recursos utilizados, a Secretaria de Proteção e Defesa Civil mobilizou sua equipe técnica, conteúdos formativos, estrutura de prevenção, diretoria de geologia, diretoria de operações e **equipe de tecnologia responsável pelos avisos e alertas**, enquanto a Secretaria de Inclusão atuou na articulação com o público-alvo, adaptação dos materiais, garantia de acessibilidade comunicacional e de apoio à construção dos protocolos. O Corpo de Bombeiros também apoiou nas formações sobre primeiros socorros. Neste sentido, a prática não exigiu a contratação de pessoal, pois foi implementada a partir da estrutura já existente dos órgãos municipais envolvidos.

Ainda, as organizações da sociedade civil também tiveram papel relevante na mobilização das pessoas com deficiência, uma vez que o município abriu vagas para organizações da sociedade civil (OSCs), convidou conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e articulou com associações específicas, como entidades representativas de pessoas cegas.

As atividades ocorreram em dois espaços institucionais adaptados ao público participante: a Escola Técnica do Sistema Único de Saúde (ETSUS) e o 3º Batalhão de Bombeiros Militar de Santa Catarina. A execução também contou com veículo adaptado disponibilizado pela SMTT, garantindo melhores condições de acesso e deslocamento aos participantes quando necessário.

Recursos físicos mobilizados	Recursos didáticos adaptados
Apoio audiovisual/tátil.	Apresentações acessíveis
Materiais de oficina (apostila sintética, lista de contatos úteis, roteiro do curso, certificado, crachás).	Intérpretes de Libras
Salas de formação com computadores.	Maquetes táteis.
Instrumentos de comunicação e registros institucionais	Carros adaptados
Kit demonstrativo de Primeiros Socorros, superfície de apoio, materiais de simulação.	Recursos de audiodescrição

A iniciativa também teve o respaldo do AlertaBlu como referência oficial para avisos e alertas meteorológicos, fortalecendo o eixo de comunicação de risco e permitindo que os participantes aprendessem a interpretar informações preventivas emitidas pela Defesa Civil.

Do ponto de vista financeiro, a iniciativa não demanda fonte externa de custeio, sendo viabilizada com recursos próprios da Secretaria de Proteção e Defesa Civil.

Desafios

Do ponto de vista institucional, um dos primeiros desafios da iniciativa esteve relacionado à própria qualidade de inovação do projeto, porque as equipes envolvidas precisaram construir caminhos à medida que o projeto avançava, aprendendo com os participantes e ajustando práticas, materiais e formas de abordagem. Este processo **gerou sensibilização interna e ampliou a capacidade da Defesa Civil de reconhecer as especificidades das pessoas com deficiência**, além de fortalecer a compreensão de que a pessoa com deficiência deve ser reconhecida em sua integralidade, como pessoa plena de direitos, com participação ativa na vida social, comunitária e institucional.

Além disso, a ausência de dados precisos sobre o número e a localização das pessoas com deficiência no município também representou um entrave relevante. Por isso, a gestão passou a estruturar um cadastro municipal específico, que apoia o planejamento de evacuações, a definição de rotas, a adaptação de abrigos e o atendimento individualizado em situações de emergência.

Mesmo após a identificação do público por meio das parcerias, a mobilização das pessoas com deficiência representou um desafio, especialmente porque muitas enfrentam barreiras de deslocamento, isolamento social, limitações de tempo e dificuldades de acesso aos locais de formação. Para superar esse obstáculo, as secretarias atuaram de forma conjunta, **buscando simplificar o processo de participação e oferecer suporte logístico, inclusive com transporte adaptado quando necessário**. De maneira complementar, outro desafio foi adaptar uma formação originalmente pensada para o público geral às diferentes necessidades das pessoas com deficiência, promovendo a acessibilidade comunicacional.

Por fim, as trocas realizadas entre a equipe e os participantes da formação lançaram luz sobre a necessidade de garantir acessibilidade nos abrigos temporários, uma vez que a acessibilidade não se refere apenas a obras ou grandes investimentos, mas também à compreensão, à empatia e ao preparo das equipes para acolher adequadamente diferentes necessidades.





Resultados

O primeiro resultado a ser destacado é a conclusão da primeira edição do NUPDEC-PCD com êxito, com cumprimento integral das metas e objetivos previstos no projeto, isto é, o núcleo piloto foi implantado, os sete módulos formativos foram executados, a atividade de campo foi realizada e o ciclo foi encerrado com formatura, que envolveu os participantes da capacitação, familiares e amigos.

De forma complementar, destacam-se a validação prática da atuação conjunta entre SEDECI e SEIDEP, o fortalecimento da leitura de risco, da autoproteção e da organização familiar e comunitária, além da comprovação da viabilidade metodológica do modelo para continuidade e replicação. A experiência apontou uma forma concreta de associar gestão de riscos, inclusão, acessibilidade, prevenção e participação social em uma ação de Defesa Civil inclusiva. Inclusive, os participantes das primeiras turmas devem contribuir para a elaboração dos protocolos municipais, reforçando a representatividade e a escuta ativa.

Do ponto de vista mais subjetivo, a iniciativa teve impactos em termos de pertencimento, protagonismo e mudança de percepção, uma vez que as pessoas capacitadas passaram a se reconhecer como agentes da Defesa Civil e multiplicadoras de informação em suas comunidades. Segundo os relatos, os participantes demonstram orgulho de fazer parte da iniciativa e de usar a identificação da Defesa Civil. Houve, em virtude deste movimento, um fortalecimento do sentimento de pertencimento das pessoas com deficiência, pois a prática contribuiu para retirá-las do isolamento, ampliando sua participação social e mostrando que elas também têm papel ativo na prevenção de riscos e na proteção da vida.

Além disso, a prática também ampliou a compreensão dos participantes sobre o papel preventivo da Defesa Civil, porque muitos participantes não sabiam que o órgão atuava antes dos desastres, com prevenção, capacitação, alertas e preparação comunitária.

A formação também gerou aprendizados para a própria Defesa Civil. As equipes passaram a compreender melhor as especificidades das deficiências e a necessidade de protocolos diferenciados, a exemplo do reconhecimento das cores das bengalas utilizadas por pessoas com deficiência visual², informação importante para orientar abordagens em situações de emergência.

Por fim, do ponto de vista institucional, outro resultado é a participação da Secretaria de Inclusão no grupo de resposta e ações coordenadas, garantindo que a pauta da pessoa com deficiência esteja presente nas decisões estratégicas da Defesa Civil.

Há outras ações em andamento, como a ampliação do banco de dados georreferenciado, a inclusão da iniciativa no Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a previsão de encontros periódicos de avaliação com os participantes, a cada dois ou três meses, para colher feedbacks e aprimorar a prática. Também há diálogo sobre a possibilidade de realizar formações por segmento de deficiência, para facilitar a adaptação dos conteúdos e o atendimento às necessidades específicas de cada grupo.

² Segundo a Lei Federal 14.951/2024, a bengala branca deve ser utilizada por pessoas cegas; a bengala verde por pessoas que apresentem baixa visão ou visão subnormal, e a bengala vermelha e branca por pessoas com surdocegueira.



Replicabilidade

- Articular a Defesa Civil municipal com a área responsável pelas políticas para pessoas com deficiência, garantindo coordenação intersetorial desde o planejamento até a execução e avaliação da formação, bem como envolver instituições parceiras, ampliando a capacidade técnica, logística e de mobilização da iniciativa;
- Mapear o público-alvo por meio de cadastro municipal ou bases já existentes, preferencialmente com informações territorializadas, para identificar pessoas com deficiência, suas necessidades específicas e sua localização em áreas de risco;
- Planejar formações presenciais, acessíveis e práticas, com carga horária compatível com a disponibilidade dos participantes e módulos sobre temas importantes para a prevenção e resposta a desastres no contexto local;
- Adaptar os materiais pedagógicos e a comunicação da formação, assegurando audiodescrição, intérpretes de Libras, linguagem simples, apoio visual, recursos táteis, maquetes e outros instrumentos compatíveis com diferentes tipos de deficiência;
- Garantir condições de acessibilidade física e logística, incluindo escolha de locais adaptados, oferta de transporte acessível quando necessário e apoio à mobilidade durante atividades práticas e visitas de campo;
- Utilizar canais oficiais de alerta e comunicação de risco do município, orientando os participantes sobre como acessar, interpretar e compartilhar avisos preventivos em suas comunidades;
- Construir protocolos específicos para evacuação, acolhimento, atendimento, transporte e permanência de pessoas com deficiência em situações de emergência, considerando diferentes tipos de deficiência e graus de autonomia;
- Incorporar as pessoas com deficiência como protagonistas da iniciativa, envolvendo-as não apenas como participantes da formação, mas também como multiplicadoras, avaliadoras e coautoras dos protocolos de Defesa Civil inclusiva;
- Realizar formações por grupos ou segmentos de deficiência, quando pertinente, para aprofundar orientações específicas, qualificar a acessibilidade e facilitar o atendimento às necessidades de cada público;
- Integrar a prática aos instrumentos municipais de planejamento, como planos de contingência, planos de Defesa Civil e Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, assegurando institucionalização e continuidade administrativa;
- Prever ciclos periódicos de avaliação e reencontro com os participantes, para colher feedbacks, atualizar protocolos, reforçar aprendizados e manter ativa a rede de multiplicadores.

Referências

AlertaBlu. Prefeitura de Blumenau. Disponível em: <<https://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-defesa-do-cidadao/pagina/alertablu-sedeci>>. Acesso em: 13/05/2025.

Blumenau forma turma de pessoas com deficiência em curso inédito sobre percepção de risco em tragédias climáticas. Disponível em: <<https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/seidep/seidep/blumenau-forma-turma-de-pessoas-com-deficiencia-em-curso-inaedito-sobre-percepcao-de-risco-em-tragedias-climaaticas28>>. Acesso em: 13/05/2026.

BORGES, Edjalma. Sancionada lei que define cores de bengala para identificar níveis de deficiência visual. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/sancionada-lei-que-define-cores-de-bengala-para-identificar-niveis-de-deficiencia-visual>>. Acesso em: 13/05/2026.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 27/05/2026.

BRASIL. Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11126.htm. Acesso em: 27 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 14.863, de 27 de maio de 2024. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14863.htm. Acesso em: 27 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 14.951, de 2 de agosto de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14951.htm. Acesso em: 27 maio 2026.

GONZAGA, Fernando; PRADO, Marília. Prefeitura de Blumenau inicia formação da segunda turma de Proteção Defesa Civil para PcD. Secretaria de Proteção e Defesa Civi Disponível em <<https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-defesa-do-cidadao/sedeci/prefeitura-de-blumenau-inicia-formacao-da-segunda-turma-de-protecao-e-defesa-civil-para-pcd39>>. Acesso em: 13/05/2026.

PREFEITURA DE BLUMENAU. A gestão de riscos e desastres e a Defesa Civil de Blumenau. Blumenau: Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, [s.d.]. Disponível em: <https://defesacivil.blumenau.sc.gov.br/c/institucional/historia>. Acesso em: 29/05/2026.



Para saber mais

(47) 3381 6753

secretaria.defesacivil@blumenau.sc.gov.br

Data de publicação: junho/2026

Créditos
Fotografias
Prefeitura de Blumenau/SC

Apoio Técnico

WRI BRASIL

Iniciativa

FNP FRENTE NACIONAL DE PREFEITAS E PREFEITOS